



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0202430-0

COMARCA: Cupira – Vara Única
IMPETRANTE: Ronaldo José da Silva
PACIENTE: Ronaldo José da Silva
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

101

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. LATROCÍNIO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PERICULOSIDADE CONCRETA. PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP.

- 531
1. Não existe falta de fundamentação para a custódia cautelar, uma vez que os autos revelam elementos suficientes para embasar a prisão provisória, nos termos do art. 312, do CPP. Depreende-se dos autos que há motivação suficiente para a manutenção da custódia cautelar do paciente, cuja periculosidade concreta, revela-se pelas circunstâncias em que o crime foi supostamente cometido.
 2. A complexidade do processo, a pluralidade de réus e a necessidade de expedição de cartas precatórias para diversas comarcas, justificam a necessidade de maior dilação de prazo para a conclusão da instrução criminal, em decorrência do princípio da razoabilidade.
 3. Os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.
 4. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0202430-0, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 02 de 02 de 2010.

Nivaldo Mulatinho Filho
Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0202430-0

COMARCA: Cupira -- Vara Única
IMPETRANTE: Ronaldo José da Silva
PACIENTE: Ronaldo José da Silva
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

102

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, impetrado por **RONALDO JOSÉ DA SILVA**, em seu próprio favor, qualificado às fls. 02, com fulcro no art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal de 1988 c/c arts. 647, do Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora o **JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CUPIRA/PE**, nos autos da Ação Penal nº 417.2005.000004-6, pela infração tipificada no art. 157, §3º (Latrocínio) c/c 288, parágrafo único, (Formação de Quadrilha qualificada) do Código Penal.

Em síntese, sustenta o impetrante/paciente que foi preso em flagrante delito e recolhido ao Presídio Desembargador Augusto Duque em Pesqueira desde o dia **02/03/2006**, sem que tenha sido concluída a instrução criminal, ultrapassando, assim, os prazos fixados em lei, caracterizando constrangimento ilegal por excesso de prazo. Invoca o desrespeito ao Princípio da razoabilidade, considerando que o processo não é complexo, havendo, portanto, desídia do Estado na condução do processo. (fls. 02/03).

À impetração foi colacionado o documento de fls. 04.

Em continuidade, indeferi o pedido de liminar (fls. 11/12) e oficieei o M.M. Juízo singular para prestar informações pormenorizadas sobre as alegações constantes da petição inicial (fls. 13).

Em 11/12/2009, através de ofício nº56/2009 (fls.16/17) foram prestadas informações atualizadas pela Autoridade Coatora, que colacionou os documentos de fls. 18/23.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



103

Nesta Instância, a douta Procuradora de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, pronunciou-se pela **denegação** da ordem (fls. 27/28).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado sob a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão da Instrução Criminal, diante da manutenção da sua custódia cautelar pela apontada autoridade coatora.

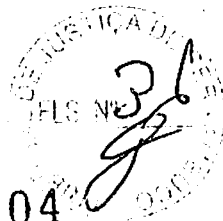
Narra a Denúncia (fls.18/20), colacionada aos autos pela Autoridade Coatora, que no dia 11/06/2005, por volta das 01h00, no bairro do Novo Horizonte, Cupira/PE, os denunciados **RONALDO JOSÉ DA SILVA**, **NAZIR ANTÔNIO MARINHO DE CARVALHO**, vulgo "MAZINHO" e **JOSÉ CÍCERO DA SILVA**, vulgo "FOFO", anunciaram um assalto ao vigia do bairro, **SR. JOSÉ ARLINDO DA SILVA** (vítima), que reagiu e teve sua vida exlirpada após dois disparos de arma de fogo pelos acusados.

Consta no procedimento administrativo que os denunciados agiam em bando e que se uniram para praticar vários delitos, e naquela noite tiveram a infeliz idéia de roubar a mencionada vítima em razão de acreditarem que ela estava de posse da quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Constata-se, ainda, da Denúncia que no momento da abordagem a vítima reagiu entrando em luta corporal com o denunciado **NAZIR ANTÔNIO MARINHO DE CARVALHO**, que efetuou dois golpes de faca contra a vítima, atingindo-a levemente, todavia, os demais acusados dispararam tiros de arma de fogo contra a vítima.

A vítima depois de atingida foi socorrida para o Hospital Regional do Agreste, vindo a falecer em razão dos ferimentos causados pelos disparos de arma de fogo. Verifica-se que os denunciados associaram-se com o adolescente **WELLINTON JOSIVALDO DA SILVA**, vulgo "Nino", para cometerem vários delitos, havendo, inclusive, outras ações penais contra os acusados em condutas associadas. Ao final, foram incursos nos arts. 157, §3º (Latrocínio) c/c 288, parágrafo único, (Formação de **Quadrilha qualificada**) do Código Penal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Argumenta o impetrante/paciente que foi preso em flagrante delito desde o dia **02/03/2006**, sem que tenha sido concluída a instrução criminal, ultrapassando, assim, os prazos fixados em lei, caracterizando constrangimento ilegal por excesso de prazo. Invoca o desrespeito ao Princípio da razoabilidade, considerando que o processo não é complexo, e a manutenção da sua custódia cautelar, torna-se ilegal. Alega, ainda, desídia do Estado na condução do seu processo (fls. 02/03).

O Juiz monocrático, às fls. 16/17, informa que o feito foi reavaliado pelo Mutirão Carcerário, onde foi mantida a segregação cautelar do réu. Relata, ainda, que o processo demandou expedição de Cartas Precatórias para comarcas diversas, retardando o andamento do processo originário. Afirma que o processo está no aguardo de designação de audiência para oitiva das testemunhas arroladas pela Defesa, destacando que a comarca está sem juiz titular, além de ter grande movimentação processual, inclusive de processos relacionados a Réus presos, que demandam prioridade.

Infere-se da acertada Decisão exarada pelo Juízo *a quo* do Mutirão Carcerário (fls. 21/23) que sua fundamentação para justificar o excesso de prazo, baseou-se na condução regular do processo pelo Juízo singular, além da complexidade da causa e expedição de cartas precatórias para oitiva de testemunhas em outras comarcas, o que valida a demora na conclusão da instrução criminal, conforme transcrição parcial de seu decreto:

"(...) Neste cenário, observa-se que o Magistrado processante vem conduzindo o processo de forma regular. Entendo que a fixação de prazo, com o intuito de estabelecer o excesso na formação da culpa, é algo aleatório, não se podendo, de forma implacável, ser obedecido, porquanto cada caso tem sua peculiaridade, como, ainda, se devem levar em conta os dias sem expediente, carga de processos com o juiz e outros.

São estes os fatores que devem ser observados, para decidir, ou não, pelo excesso. Assim, o excesso de prazo, para caracterizar o constrangimento ilegal, será aquele injustificado, resultante da negligência, displicência, ou até da erronia por parte do juiz.

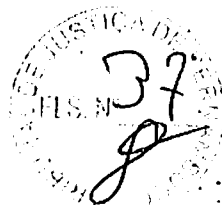
(...)

Também não se fala em excesso de prazo quando a causa revela-se complexa, a exigir, por exemplo, a expedição de cartas precatórias para oitiva de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

105



testemunhas em outras comarcas, justificando a demora na conclusão da instrução processual, como verificado no caso sob exame. (...)"

Ademais, constata-se diante dos termos da Denúncia, que há a necessidade da manutenção da segregação cautelar do paciente, em decorrência do *modus operandi* em que o crime foi, supostamente, perpetrado, além de indícios suficientes de que os denunciados respondem a outras ações penais em condutas associadas (fls. 20), o que demonstra a **periculosidade concreta** do paciente e o preenchimento dos requisitos legais para a manutenção da sua prisão, nos termos do art. 312, do CPP e já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS SEUS REQUISITOS. ORDEM DENEGADA. Não configura cerceamento de defesa o fato de o advogado do paciente não ter tido a oportunidade de fazer sustentação oral, se não comprovada a apresentação de requerimento para que a defesa fosse intimada do dia do julgamento do *habeas corpus*. Inexiste excesso de prazo na prisão do acusado que, além de pronunciado, já teve marcado o seu julgamento pelo tribunal do júri. Precedentes (HC 94.374, rel. min. Menezes Direito, DJe-192 de 10.10.2008; HC-AgR 92.031, rel. min. Ellen Gracie, DJe-152 de 15.08.2008). Eventuais irregularidades na prisão temporária do réu restaram prejudicadas com a decretação da sua prisão preventiva. **A periculosidade do paciente, evidenciada pelas instâncias ordinárias com base em dados concretos, justifica a decretação e a manutenção da custódia cautelar, para a garantia da ordem pública.** Precedentes (HC 94.260, rel. min. Cármen Lúcia, DJe-177 de 19.09.2008).

(...)

(HC 96019, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 16/12/2008, DJe-059 DIVULG 26-03-2009 PUBLIC 27-03-2009 EMENT VOL-02354-04 PP-00739).

Desta forma, privilegiando-se o **Princípio da Confiança no Juiz**, tem-se suficientemente fundamentado o decreto prisional. Nesse sentido, trago à colação entendimento jurisprudencial:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho 106
Terceira Câmara Criminal



"STF: Prisão preventiva. Prova bastante da existência do crime e suficientes indícios de autoria, para efeito de tal prisão. Não se pode exigir, para esta, a mesma certeza que se exige para a condenação. Princípio da confiança nos juízes próximos das provas em causa, dos fatos e das provas, assim, como meios de convicção mais seguros do que os juízes distantes. O in dubio pro reo vale ao ter o juiz que absolver ou condenar, não porém, ao decidir se decreta, ou não, a custódia preventiva" (RTJ 64/77)".

Ressalta-se, ainda, que o Magistrado singular informa que o feito é complexo, com pluralidade de Réus e demandou a expedição de Cartas Precatórias para diversas comarcas, o que naturalmente retarda o andamento regular do processo e justifica o excesso de prazo na conclusão da instrução criminal, conforme se compila da jurisprudência pátria:

PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO – RELAXAMENTO – EXCESSO DE PRAZO – FEITO COMPLEXO – NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS PARA A INQUIRÇÃO DE VÁRIAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA E UMA PELA ACUSAÇÃO – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE – MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA – RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO – ORDEM DENEGADA, COM RECOMENDAÇÃO.

1. A complexidade do processo, o qual demandou a necessidade de expedição de cartas precatórias para a inquirição de várias testemunhas arroladas pela defesa e uma pela acusação, justifica a necessidade de maior dilação de prazo para a conclusão da instrução criminal, em decorrência do princípio da razoabilidade. Precedentes.

2. Ainda que todas as cartas precatórias expedidas para a inquirição das testemunhas arroladas pela defesa já tenham sido devidamente cumpridas, restando apenas aquela remetida com a finalidade de ouvir testemunha arrolada pela acusação, não há como afastar a aplicação do princípio da razoabilidade, já que demonstrada a complexidade do feito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



107

3. Recomenda-se ao Magistrado singular, nesses casos e quando possível, a aplicação do comando inserto no artigo 222, § 2º, do Código de Processo Penal.

4. Ordem denegada, com recomendação.

(HC 111456/CE, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 09/12/2008).

Diante do exposto, entendendo estarem presentes os requisitos previstos no art. 312, do CPP. Ademais, é pacífico na jurisprudência que os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

Em face do princípio da razoabilidade, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII da Carta Magna, a demora para o término da Instrução Criminal apresenta-se, até o momento, plenamente justificada, bem como a manutenção da custódia cautelar.

Por todo o exposto, e em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**, determinando, no entanto, ao Juízo *a quo*, através de Ofício, com cópia da presente Decisão, a agilização do Processo, objeto do presente *mandamus*, verificando o Magistrado a possibilidade de marcação da Audiência para a inquirição das testemunhas de defesa.

É como voto.

Recife/PE, 03 de Janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator